



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LARISSA NUNES LOPES

**A VIOLÊNCIA DO BOKO HARAM CONTRA AS MULHERES NA NIGÉRIA: UMA
ANÁLISE FEMINISTA E PÓS-COLONIAL DO SEQUESTRO DAS MENINAS DE
CHIBOK**

JOÃO PESSOA - PB

2016

LARISSA NUNES LOPES

**A VIOLÊNCIA DO BOKO HARAM CONTRA AS MULHERES NA NIGÉRIA: UMA
ANÁLISE FEMINISTA E PÓS-COLONIAL DO SEQUESTRO DAS MENINAS DE
CHIBOK**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Graduação de Relações Internacionais da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Relações Internacionais.
Área de concentração: Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann

JOÃO PESSOA – PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L864v Lopes, Larissa Nunes
A violência do Boko Haram contra as mulheres na Nigéria
[manuscrito] : uma análise feminista e pós-colonial do sequestro
das meninas de Chibok / Larissa Nunes Lopes. - 2016.
25 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann,
Departamento de Relações Internacionais".

1.Violência contra a mulher. 2.Boko Haram. 3.Meninas de
Chibok. I. Título.

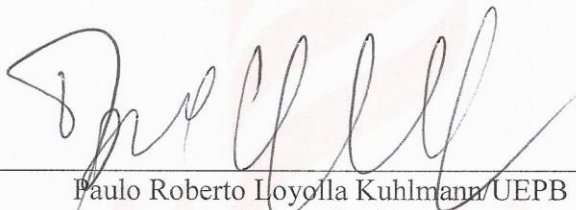
21. ed. CDD 305.42

LARISSA NUNES LOPES

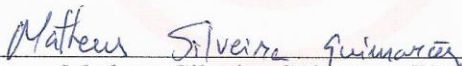
A VIOLÊNCIA DO BOKO HARAM CONTRA AS MULHERES NA NIGÉRIA: UMA ANÁLISE FEMINISTA E PÓS-COLONIAL DO SEQUESTRO DAS MENINAS DE CHIBOCK.

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

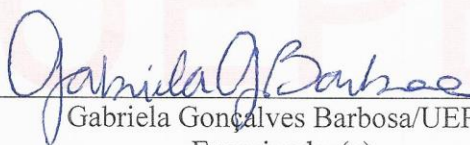
Aprovado(a) em 28, 10, 2016.



Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann/UEPB
Orientador(a)



Matheus Silveira Guimarães/PMJP
Examinador(a)



Gabriela Gonçalves Barbosa/UEPB
Examinador(a)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 INTERLOCUÇÕES ENTRE FEMINISMO E PÓS-COLONIALISMO	6
3 UM OLHAR SOBRE A NIGÉRIA	8
<i>3.1 Herança colonial</i>	10
<i>3.2 A ascensão do Boko Haram na Nigéria</i>	11
4 A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA NIGÉRIA	13
<i>4.1 O sequestro das Meninas de Chibok</i>	15
<i>4.2 A campanha Bring back our girls</i>	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	22
ANEXO A – RESULTADO DA PESQUISA DO GOOGLE IMAGENS	25

A VIOLÊNCIA DO BOKO HARAM CONTRA AS MULHERES NA NIGÉRIA: UMA ANÁLISE FEMINISTA E PÓS-COLONIAL DO SEQUESTRO DAS MENINAS DE CHIBOK

Larissa Nunes Lopes*

RESUMO

Diante da inserção das questões de gênero dentro dos estudos de Relações Internacionais, aliada ao crescimento da preocupação internacional a respeito da situação da mulher africana, esse artigo pretende discutir a violência contra a mulher na Nigéria pelo Boko Haram. Através das lentes teóricas feminista e pós-colonial, pretende-se investigar o caso do sequestro das Meninas de Chibok, ocorrido em abril de 2014, evidenciando tanto as violações sofridas pelas meninas, como também o ativismo das nigerianas. Conclui-se que a incorporação do sistema patriarcal contribui para a cultura e manutenção das violações que vêm hostilizando as mulheres nos dias de hoje. Nesse contexto, é válido ressaltar que a repercussão da campanha internacional *#bringbackourgirls* assumiu caráter importante na política nigeriana, ao estimular discussões quanto à violência de gênero e emancipação na região.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Boko Haram. Meninas de Chibok. Nigéria.

1 INTRODUÇÃO

No dia 14 de outubro de 2016, após dois anos e meio em cativeiro, vinte e uma meninas que haviam sido raptadas pelo grupo Boko Haram foram libertadas após uma negociação entre o governo nigeriano e o grupo em questão. Sob intermediações da Cruz Vermelha e do Governo Suíço, as meninas retornaram para seus lares. Não foi divulgada a natureza do acordo e nem se houve troca de prisioneiros, entretanto o governo afirma que o resgate das outras jovens desaparecidas ainda está em curso¹.

O sequestro das 276 nigerianas ocorreu no dia 14 de abril de 2014, no município de Chibok, no Norte da Nigéria. Com idades entre 16 e 18 anos, elas foram sequestradas enquanto estavam na escola, por membros do Boko Haram – BH². A escola havia sido fechada em março,

*Aluna de Graduação de Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus V. E-mail: larissanuneslopes@hotmail.com

¹Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/13/internacional/1476361183_135354.html> Acesso em: 25 Outubro 2016

²Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/entenda-o-sequestro-de-mais-de-200-meninas-na-nigeria/>>. Acesso em: 05 Setembro 2016

temendo o risco de ataques terroristas, mas tornou a abrir para a realização da prova do *West Africa Examination Council*, entidade encarregada de atribuir certificados de ensino para os países africanos de língua inglesa³. No meio da noite, após terem iniciado uma batalha com soldados e policiais na cidade, um grupo de combatentes do BH se separou da força principal e seguiu em direção à escola secundária. Fingindo serem soldados, e vestindo uniformes militares, levaram as meninas em caminhões, convencendo-as de que elas estavam sendo resgatas e transportadas para um lugar seguro⁴. Entretanto, a história não se sustentou e logo o sequestro foi revelado. Das garotas que foram raptadas, 53 conseguiram fugir, 21 foram libertadas sob acordo e o paradeiro das demais é desconhecido.

Nos últimos anos, a violência sexual usada como arma de guerra alcançou certa visibilidade na agenda internacional de paz e segurança. A prática de crimes sexuais, particularmente contra mulheres e meninas, vem sendo uma realidade que assola o mundo. Com os conflitos e crises na África se tornando mais complexos, tem havido um surto devastador desse tipo de violência. O sequestro das estudantes de Chibok, cuja repercussão internacional foi bastante notória, confirma essa conjuntura.

Diante do exposto, o presente artigo pretende estudar a situação da Nigéria e a ascensão do Boko Haram como um significativo caso de análise a partir das teorias feminista e pós-colonial, visto que o episódio em questão reconhece o espaço e a voz daqueles que eram considerados marginalizados, adota o indivíduo como categoria de análise e traz à tona temas como violência de gênero e estupro como arma de guerra. Para isso, a bibliografia utilizada será composta de autores, como Deepika Bahri (2013), Gayatri Spivak (1988), Liliana Suárez Navaz (2008), dentre outros, além de relatórios produzidos pelas instituições Anistia Internacional e *Human Rights Watch*.

Sendo assim, a primeira parte do artigo propõe realizar a interlocução das abordagens feminista e pós-colonial dentro do estudo de Relações Internacionais. Em seguida, pretende-se explanar o histórico da Nigéria, evidenciar seu *status* de zona de conflito como herança do período colonial e identificar a ascensão do grupo Boko Haram no território. Por fim, o terceiro tópico investiga a violência sexual contra as mulheres na Nigéria, especificando o caso do

³ Mais informações disponíveis em: <<http://www.waecnigeria.org/AboutUs/AboutWAEC.aspx>>. Acesso em 20 Outubro 2016

⁴ Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Nig%C3%A9ria-Boko-Haram.pdf>> Acesso em: 03 Setembro 2016

sequestro das Meninas de Chibok, e elucidando, além das violações sofridas, a contribuição da campanha *#bringbackourgirls* na emancipação política feminina do país.

As contribuições das abordagens feminista e pós-colonial, para o caso estudado, ancoram na tentativa de romper com as condições (e consequências) oriundas tanto da estrutura patriarcal, como da colonialista.

2 INTERLOCUÇÕES ENTRE FEMINISMO E PÓS-COLONIALISMO

As teorias das Relações Internacionais (RI) têm a finalidade de formular parâmetros e de servir como lentes que nos permitam compreender o funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes da política internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Portanto, a progressão do cenário internacional tem trazido a inserção de novas teorias analíticas que vêm estimulando programas que visam reduzir as desigualdades nas esferas políticas, sociais e econômicas, sobretudo no que tange aos estudos de gênero. De acordo com Rodrigues (2009), essa inclusão só foi possível ao tirar a exclusividade do Estado do centro da epistemologia.

Nas RI, os discursos, muitas vezes, já chegam aos interlocutores e aos sujeitos de maneira enviesada e manipulada. Como afirma Cox, “toda teoria é sempre para alguém e para algum fim”, não existindo produção neutra e isenta de interesses (COX, 1986). O Ocidente hegemônico buscou moldes de doutrinar os olhares e os discursos dos povos colonizados por meio de um movimento de conquistas, imperialismos e de explorações (CASTRO, 2012).

No que concerne à produção acadêmica, duas teorias tiveram um grande impacto social e político dentro das RI: a teoria feminista, que trouxe ao debate as questões de gênero; e a teoria pós-colonialista, que apostou em uma nova perspectiva de análise, servindo como crítica epistemológica ao universalismo ocidental e unilateral, o que permitiu reinterpretar circunstâncias e rever conceitos enraizados na política internacional (CASTRO, 2012).

Nesse sentido, Adelman (2004) afirma que essa inovação nos debates expande o leque de possibilidades para o entendimento da sociedade contemporânea e ressalta a importância da parcela histórica dos grupos excluídos ou marginalizados pelos discursos convencionais e ainda, de certa forma, hegemônicos. Outrossim, Prasad expõe:

A teoria pós-colonial surge como uma exigência de um espaço em que a voz dos sujeitos periféricos pode se fazer ouvir. Essa exigência por um lugar para a fala não se restringe apenas às colônias ou ex-colônias, mas refere-se também a todas as populações que vivem em uma situação de insuficiência representacional, em que os

sujeitos não são capazes de expor seu conhecimento sobre os fatos. Esses sujeitos estão inseridos em populações marginalizadas em geral, tais como grupos étnicos e imigrantes em países desenvolvidos, colonizados, indígenas e outros grupos de oprimidos, como as mulheres (PRASSAD, 2003 apud ROSA, MEDEIROS, VALADAO, 2012).

Isto posto, as questões de gênero são consideradas inseparáveis do projeto de crítica pós-colonial, uma vez que, no atual contexto de globalização e domínio do capitalismo no mundo, a condição das mulheres converteu-se em uma questão de caráter urgente (BAHRI, 2013). Conforme observa Adelman,

atualmente, a perspectiva feminista e os estudos pós-coloniais vêm prosperando na incumbência de gerar compreensão e conhecimento acerca da vida das mulheres e das relações de gênero, produzindo análises aprimoradas referente à sua complexa ligação com as relações de poder entre etnias, nações e classes, dentre outros fatores (ADELMAN, 2004).

O feminismo – entendido como movimento preconizador na implantação dos direitos políticos e sociais da mulher – é, portanto, de interesse vital para o discurso pós-colonial. Isso porque, ambos, feminismo e pós-colonialismo, atribuem à linguagem fundamental importância para a formação da identidade e construção da subjetividade do indivíduo (ASHCROFT, 1998 apud OLIVEIRA, PARADISO, 2012). As críticas dos enfoques feministas envolvem repensar o olhar hegemônico masculino para a política internacional (CASTRO, 2012), denunciando-o como fonte de dominação. Como destacam Oliveira e Paradiso:

A intersecção entre pós-colonialismo e feminismo tem como foco negligenciadas questões: o colonizado e a mulher, respectivamente. Enquanto o feminismo – abordando as questões de gênero e sexualidade – tenta lutar para a libertação da mulher sob o sistema patriarcal, o pós-colonialismo oferece ao colonizado a oportunidade de lutar contra o legado imperialista (OLIVEIRA; PARADISO, 2012).

O fato de que os esboços pós-coloniais e os estudos feministas conservam muitas afinidades, corrobora o que diz Ashcroft (1989) sobre ambos estarem inquietos com as teorias de marginalização e a construção do sujeito subalterno, seja pela diferença colonial ou de gênero.

Esta aproximação ocorre em virtude da preocupação com a “voz silenciada” dos subalternos, como um resultado da maneira como a mulher ou o sujeito colonizado foram levados a constituir sua individualidade nos termos do opressor. Além disso, ambos questionam o conceito de universalização, rejeitando as estruturas binárias do patriarcado e do colonialismo, buscando estratégias de resistência a estas formas de dominação (ASHCROFT, 1989 apud ROSA, MEDEIROS, VALADAO, 2012).

A análise pelas lentes das perspectivas pós-colonial e feminista nos permite trabalhar a “desconstrução” dos binários, na qual questionamos a própria categoria do Outro. Ou seja, “como a alteridade absoluta foi produzida a partir da ótica dos que dominam, nosso uso da categoria do Outro precisa ser desconstruído” (ADELMAN, 2004).

Como aponta Bahri, os estudos feministas e pós-coloniais surgiram como resposta à ausência de perspectivas sobre culturas ou comunidades marginalizadas em relatos históricos. Logo, ela afirma que

Essa falta de representação é semelhante nas esferas política, econômica e legal. Aqueles/as “outros/as” no discurso dominante não têm voz em suas representações; estão fadados/as, pelos que comandam a autoridade e os meios de falar, a terem quem “fale por” eles/as. Quando as minorias e outros são representados, como argumenta Said, em *Orientalismo*, a representação pode efetivamente existir em vez de estar em situação de correspondência à coisa “real” (BAHRI, 2013).

Buscando melhor entender as consequências da subordinação sexual, a política feminista nos proporciona uma consciência acerca da realidade em que estamos inseridas. Nas “estruturas de dominação” patriarcal e sexista, julga-se que a condição das mulheres seja evidente e previamente construída. Entretanto, esse enfoque configura o mundo em uma dicotomia, onde as mulheres são sempre avistadas em contraste aos homens, e em que o patriarcado significa, necessariamente, dominação masculina, declarando que sistemas religiosos, jurídicos, econômicos e familiares são construídos por homens (NAVAZ, 2008).

Como retrata a autora Liliana Navaz (2008) “o espaço pós-colonial é marcado por pontes linguístico-culturais, onde criam oportunidades para a liderança, resposta e resistência à dominação anglo-saxônica” e de outros países. Uma das contribuições do feminismo para as RI estaria na importância dada a grupos até então excluídos da política de modo geral — classes, raças, etnias, etc (RODRIGUES, 2009). Desta forma, os trabalhos de feministas pós-coloniais têm contribuído na desestabilização de uma narrativa eurocêntrica e androcêntrica da modernidade (ADELMAN, 2004). Assim, Amina Mama e Aili Mari Tripp (apud NAVAZ, 2008) pontuam a importância de alianças feministas pós-coloniais para contrariar o poder das autoridades tradicionais e as suas relações estruturais.

3 UM OLHAR SOBRE A NIGÉRIA

A Nigéria, além de possuir o maior território do continente africano, acomoda a maior população e garante a posição de oitavo país mais populoso do mundo, abrigando cerca de 186

milhões de pessoas⁵, no qual a maioria ainda vive na zona rural. Configura-se em um país multiétnico e culturalmente diverso. As três principais etnias são Hauçá, Igbo e Iorubá. Foram identificados mais de 374 idiomas na Nigéria⁶.

Sendo um país marcado por tamanha diversidade, a Nigéria divide-se em duas regiões: o Norte, cuja população é de maioria islâmica, e o Sul, de maioria cristã. De acordo com dados da *Central Intelligence Agency (CIA)* (2016), 50% dos nigerianos se consideram muçulmanos e 40%, cristãos. Considerando que “na região Sul é onde se localizam os grandes centros industrializados, o Norte apresenta índices de desenvolvimento consideravelmente menores que o Sul” (MELOS, MEROLA, 2013).

A contar dos anos 1970, o petróleo⁷ revela-se como principal produto da tabela de exportações nigerianas. Assim, em 2010, a Nigéria passa a ocupar a 10ª posição em produção de petróleo do mundo, com as grandes reservas e principais indústrias se concentrando na Região do Delta do Rio Níger, localizadas no Sul do país. A conquista do título de país africano com o maior PIB (aproximadamente 500 bilhões de dólares) veio em 2013, ultrapassando o da África do Sul. Por outro lado, como mostram Melos e Merola (2013), “dados de 2010 também mostram que cerca de 70% dos nigerianos viviam abaixo da linha da pobreza, indicando um grave e crescente índice de marginalização ao redor dos grandes centros urbanos”. Visto isso, observa-se que, com o alto nível de corrupção que assola o país, a população nigeriana não é favorecida com a indústria do petróleo.

A respeito do sistema político, a Nigéria funciona como uma República Federativa Presidencial. Esse sistema de governo permite aos estados certa autonomia administrativa. No caso, os estados do Sul operam baseados na *Common Law*, e os do Norte, pela Sharia, conduzindo-se por influências religiosas (MELOS, MEROLA, 2013). Atualmente, o país é governado pelo presidente Muhammadu Buhari, eleito em 2015.

Apesar da abundante contribuição étnica, cultural e petrolífera, “a desigualdade social é predominante e propicia a atuação de grupos com interesse no poder, pois o Estado se mostra muito corrupto e omissivo a várias necessidades da população” (CARDOSO et al, 2012 apud

⁵ Disponível em: < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html>> Acesso em: 18 outubro 2016

⁶ Disponível em: < <http://nigerianembassy-brazil.org/Portugues/NigerResumo/informacao.htm>>. Acesso em: 18 outubro 2016

⁷ O Estados Unidos da América (EUA) se estabelece como maior parceiro comercial da Nigéria, sendo responsável por aproximadamente 38% do total de petróleo exportado pelo país africano (MELOS, MEROLA, 2013).

PALADINI, 2014). Assim, nota-se que esse tipo de governança incita frustração da população, e concede condições propícias à ascensão de grupos extremistas, como por exemplo o Boko Haram, que, além do argumento religioso, utiliza diversos artifícios, incluindo violência física e psicológica, para se fortalecer e ganhar seguidores. Nesse sentido, atualmente a Nigéria apresenta-se como zona de conflito, fomentando uma apreensão não só para o governo e a sociedade civil, mas também para a comunidade internacional (PALADINI, 2014).

3.1 Herança colonial

O processo de colonização da África conduzido pelas grandes nações europeias – Inglaterra, França, Bélgica, Holanda e Alemanha – possibilitou a exploração do continente. Assim, em 1861, o território da Nigéria passa a pertencer ao Império Britânico.

A Coroa Britânica dividiu, em dois momentos, a região da Nigéria. Primeiro, no início do século XX, percebendo a complexidade de comandar um território tão heterogêneo, separou-a em dois protetorados – o do Norte e o do Sul. Cada um estaria sob a égide de uma administração própria, no que se refere à economia, educação e infraestrutura. Entretanto, esse modelo não se sustentou e foi finalizado em 1914 (MELOS, MEROLA, 2013). Com o objetivo de diminuir os custos, reconsideraram a unificação. Mais tarde, em 1947, inclinando-se para a retirada das responsabilidades administrativas da colônia, a Grã-Bretanha repartiu novamente o território, agora em três regiões: o Norte Hauçá-Fula, o Oeste Iorubá e o Leste Igbo. Como afirma Guilherme Oliveira (2012), “a divisão do território desde cedo incentivada pelos britânicos contribuiu historicamente para a fraca coesão interna na Nigéria”.

Diante de um respaldo de libertações coloniais na África, e frente a presença de organização internas como resistência à dominação britânica, a Grã-Bretanha perde o interesse em manter as colônias, e em 1960, concede independência à Nigéria (MELOS, MEROLA, 2013).

Todavia, Melos e Merola (2013) atentam que:

O forte federalismo herdado da administração britânica serviu em grande parte como um fator atenuante das desigualdades entre a população nigeriana. Manter a coesão interna do país frente a uma sociedade dividida por diferentes interesses político-econômicos era uma tarefa extremamente difícil para os governantes daquela época (MELOS, MEROLA, 2013).

A instabilidade política era revelada em sucessivos golpes de Estado que se traduziam em conflitos constantes entre o Norte e o Sul, evidenciando problemas estruturais advindos da formação do Estado nigeriano (CLAPHAM, 1996 apud MELOS, MEROLA, 2013).

Em 1970, com a valorização do petróleo, a Nigéria passa por um momento de relativa prosperidade econômica, mas que logo se torna limitada devido à crise da década de 1980, voltando a acentuar seus desequilíbrios. Assim, “a desvalorização do petróleo impediu que o Governo nigeriano conseguisse exercer sua prévia influência econômica e política” (MELOS, MEROLA, 2013).

Por conseguinte, na década de 1990, o cenário doméstico volta a ficar instável e fragmentado, sofrendo contínuos golpes de Estado, protestos e esquemas de corrupção (OLIVEIRA, 2012). Não testemunhando mudanças positivas, o país se vê em uma crescente instabilidade interna, marcado por atitudes repressivas e violações de Direitos Humanos, que ocasionaram a reprovação da comunidade internacional (MELOS, MEROLA, 2013).

Com o advento da democratização, em 1999, o governo de Obasanjo procurou implementar diversas reformas, com a finalidade de combater ativamente a corrupção e lançar iniciativas econômicas de inclusão social. Como resultado, houve a retomada do crescimento econômico e do seu papel como liderança regional. De todo modo, esses investimentos não geraram melhores condições de vida para a população, tais como segurança, educação, saúde e infraestrutura. Mesmo com os mandatos seguintes dando continuidade a essas ações políticas, e obtendo um significativo avanço na economia, o quadro de grave desigualdade persiste no país (MELOS, MEROLA, 2013).

3.2 A ascensão do Boko Haram na Nigéria

Os conflitos étnico-religiosos da Nigéria vêm se intensificando desde 1999, através de constantes desentendimentos entre muçulmanos (Norte) e cristãos (Sul).

Como sugere Paladini:

Uma nova visão de terrorismo surgiu após os ataques de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos, fazendo com que a Al Qaeda ganhasse notoriedade, incentivando e influenciando grupos radicais islâmicos em todo o mundo. Na Nigéria, alguns desses grupos surgiram com a intenção de transformá-la em um país islâmico. Atualmente, um desses grupos radicais que ganhou destaque foi o Boko Haram. Seu nome significa, em hausa, língua local, algo como “educação ocidental é pecado”⁸ e faz uma rígida leitura das leis islâmicas⁹ (PALADINI, 2014).

⁸ “A denominação oficial é ‘pessoas comprometidas com a propagação dos ensinamentos do Profeta e da Jihad’. O grupo surgiu como uma associação de clérigos e estudantes pobres de escolas religiosas, influenciados pelo salafismo, uma interpretação radical do Islã que advoga o retorno às supostas tradições iniciais da fé”. Informações disponíveis em: <<https://anistia.org.br/precisamos-conversar-sobre-nigeria/>> Acesso em: 05 setembro 2016

⁹ Segundo Walker (apud PALADINI, 2014): “Boko Haram é, talvez, contra [...] ao que se refere à elite criada pela política de leis indiretas usada pela Grã-Bretanha para a colonização da Nigéria – pessoas que tinham as cabeças viradas para longe de Alá devido ao dinheiro fácil e direcionadas para os corrompidos valores ocidentais”.

O Boko Haram surgiu em meio a diversos problemas no país. Seu desenvolvimento se deu, também, através da eclosão de vários grupos radicais islâmicos no continente africano. Fundado em 2002, no norte da Nigéria, se consolidou com o objetivo de disciplinar muçulmanos nesta região do país e em países vizinhos¹⁰. Desde o final da década passada, tornou-se uma organização violenta, sendo responsável por executar atentados contra a população civil, militares, representantes da ONU e organizações filantrópicas ocidentais, e por conquistar territórios no nordeste do país. Seus principais alvos têm sido organizações ocidentais e cristãs, o que provocou um êxodo interno de mais de um milhão de pessoas. O grupo ainda afirma que os governos da Nigéria são ilegítimos e que os muçulmanos devem lutar pela criação de um Estado próprio¹¹.

As ações resultantes da colonização por parte das grandes potências, que dividiram a Nigéria sem levar em conta sua diversidade étnica e cultural, e dominaram as enormes reservas de petróleo do país, também podem ser consideradas causas para surgimento do grupo (PALADINI, 2014).

O BH vem perpetrando ataques desde 2009, entretanto o governo não tem assumido uma postura eficaz para combatê-lo. O episódio do sequestro das Meninas de Chibok fez com que o grupo ficasse internacionalmente conhecido devido à repercussão dada pela mídia. Em decorrência disso, os Estados Unidos despacharam equipes para auxiliar o governo nigeriano; e representantes do Reino Unido, da França e de cinco Estados africanos adotaram um plano de ação conjunta para combater o grupo (PALADINI, 2014).

A atuação do Boko Haram tem trazido resultados extremamente negativos para a Nigéria. Desde 2011, vem chamando atenção pelo aumento da sua força e pelas conexões com outros círculos jihadistas que o apoiam. Todavia, visto que o grupo já foi reconhecido como terrorista pelo Estado nigeriano e pela comunidade internacional, a sua atividade pode acarretar

¹⁰ “Não há dados precisos sobre a composição do Boko Haram, mas estima-se que o grupo tenha em torno de 8 mil militantes, a maioria jovens pobres. Atuam principalmente no nordeste da Nigéria, com algumas ações além das fronteiras, nos vizinhos Camarões, Níger e Chade”. Disponível em: <<https://anistia.org.br/precisamos-conversar-sobre-nigeria/>>. Acesso em: 05 Setembro 2016

¹¹ “O fundador do Boko Haram foi o clérigo Mohammed Yusuf, morto em 2009. Desde então, acredita-se que haja várias facções em conflito dentro do movimento, mas o líder mais reconhecido é Abubakar Shekau, famoso por suas declarações e vídeos extremamente agressivos”. Disponível em: <<https://anistia.org.br/precisamos-conversar-sobre-nigeria/>>. Acesso em: 05 Setembro 2016

intervenções internacionais justificadas pelo combate ao terrorismo e uma significativa diminuição de investimentos no Norte do país (PALADINI, 2014).

4 A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA NIGÉRIA

Como vimos, a Nigéria vem sofrendo conflitos políticos, étnicos e religiosos, que custam vidas e provocam sérias mudanças nas suas estruturas sociais e econômicas. Essas implicações, além de agravarem o contexto de pobreza no país, ocasionam crises, como: deslocamento de pessoas, baixos níveis de segurança humana, abusos dos direitos humanos e uma alta incidência de violência sexual.

A partir dos 1990, com as ampliações das abordagens trazidas pelas teorias pós-modernas, os estudos de gênero passaram a ser discutidos nas RI. Dessa forma, revelou-se de fundamental importância a discussão acerca da violência contra as mulheres, sobretudo a violência sexual. A prática dessas violações, particularmente contra mulheres e meninas, é uma realidade que assola o mundo em qualquer contexto social, não somente em zona de conflitos, mas também em contextos de guerra não-convencionais.

Conforme define Aguillar:

A violência sexual é considerada como uma síntese política da opressão das mulheres. Porque implica propriedade e danos. É um fato político que sintetiza um ato, a objetificação das mulheres e o desempenho extremo da condição masculina patriarcal. Entre as formas de tal violência, o estupro é o fato supremo da cultura patriarcal: a reiteração da supremacia masculina e o exercício do direito de posse e uso de mulheres como objetos de prazer e destruição (AGUILLAR, 2000).

De tal modo, é possível perceber que o sistema patriarcal concede supremacia e “permissão” à figura masculina, para se enaltecer por meio da opressão e danos causados à figura feminina.

Da mesma forma, Segato sublinha que:

A violência sexual possui componentes muitos mais expressivos que instrumentais, não perseguem um fim e não querem obter um serviço. Muito além de satisfação sexual, a agressão ao corpo de uma mulher expressa uma dominação, uma soberania territorial, sobre um território–corpo emblemático (SEGATO, 2003 apud ARIÑO, 2010).

Essa violência vem se fazendo presente cada dia mais nas vidas das meninas e mulheres da Nigéria. Atualmente, o país encontra-se classificado na 125ª posição de 145 países listados

no Índice Global de Gênero 2015¹². E, embora a Constituição da República Federal da Nigéria preveja que “ninguém deve ser discriminado em razão de sexo ou qualquer outro motivo”¹³, na prática, as leis que visam proteger e promover os direitos das mulheres e meninas não têm sido plenamente aplicadas. De acordo com o relatório *Gender-Based Violence Area of Responsibility*:

Quase 30% das mulheres nigerianas acima de 15 anos sofreram violência física; enquanto 11% tinham experimentado alguma forma de violência física durante os 12 meses anteriores ao inquérito. A prevalência da violência sexual na população é de 7,4% e 5,2% durante a gravidez. Quase metade das mulheres (45,5%) que estão sem emprego já sofreram violência de gênero. No Norte, onde o casamento precoce é mais prevalente, a idade média do primeiro casamento entre as mulheres é entre 14 e 18 anos. De acordo com pesquisa recém-lançada sobre a Violência Contra Crianças na Nigéria, uma em cada duas crianças têm experiência de violência física, onde: uma em cada quatro meninas e um em cada dez meninos foram vítimas de violência sexual (Global Protection Cluster, 2016, tradução nossa)¹⁴.

Os índices acima nos mostram que as nigerianas convivem com a realidade da violência. Com a insurgência do Boko Haram, esse quadro ficou ainda pior¹⁵. As mulheres e crianças apreendidas pelo grupo são submetidas a todos os tipos de abuso, abarcando abusos físicos e psicológicos, conversões forçadas ao Islã sob ameaça de morte, casamentos forçados, violação sexual e estupro (HUMAN RIGHTS WATCH, 2014).

Como destaca a autora Maria Ariño (2010), é importante ressaltar que, para entendermos o uso da violência como instrumento de guerra e terror, precisamos atentar para o marco social patriarcal que legitima e dá origem a tais atos, e procurar entender como a violência sexual passa de um contexto de “paz” para o contexto de “guerra”.

Dessarte, como mostra o relatório intitulado *Nigeria: Rape - the Silent Weapon* publicado pela Anistia Internacional em 2006, as violações cometidas pela polícia e forças

¹² Informação disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GGGR2015/cover.pdf>

¹³ Seção 42 (1) (a), da Constituição da República Federal da Nigéria.

¹⁴ Original: “Nearly 30% of Nigerian women above 15 have experienced physical violence; while 11% had experienced some form of physical violence during the 12 months prior to the survey. Sexual violence prevalence in the population is 7.4% and 5.2% during pregnancy. Almost half of women (45.5%) not in paid employment have experienced GBV. In the north, where early marriage is most prevalent, the median age of first marriage among women aged 20-49 is between 14.5 – 18 years. According to the newly released Nigeria Violence Against Children Survey, one in two children have experience physical violence, and one in four girls and one in ten boys have experienced sexual violence”. Disponível em: <http://gbvaor.net/wp-content/uploads/sites/3/2016/09/Newsletter_August-2016.pdf>. Acesso em: 12 Outubro 2016

¹⁵ No que se refere ao impacto causado pelos atentados do BH, avalia-se que o conflito tem afetado a vida de quase 15 milhões de civis, na Nigéria e nos países vizinhos. “Estima-se que 20.000 pessoas perderam suas vidas, e pouco menos de dois milhões de pessoas foram deslocadas internamente para doze estados da Nigéria e para a capital. Além disso, 200.000 refugiados fugiram para os países vizinhos e estima-se que entre 2.000 a 7.000 pessoas estão desaparecidas, incluindo crianças e mulheres sequestradas” (Global Protection Cluster, 2016).

armadas nigerianas também são endêmicas. Identificou-se que em diferentes circunstâncias, tais “entidades de segurança” cometeram atos de estupro, tanto em serviço, quanto fora dele. Ou seja, de um lado as mulheres estão vulneráveis pelos atentados sofridos por parte do BH, e do outro, são negligenciadas e agredidas pelos órgãos que deveriam assegurar sua proteção.

Toda essa violência pode ser justificada pelo controle constante do patriarcado sobre o corpo feminino, que tem se revelado em diferentes formas. De acordo com Alemany (2009), “as violações se manifestam por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las e humilhá-las”. Como exemplo da “mais comum”, temos o controle sobre a sexualidade e corpos das mulheres como uma propriedade do sexo masculino. Como foi evidenciado, tal controle vem sendo executado pelo BH através de abusos físicos e psicológicos, que incluem: trabalho forçado; participação forçada em operações militares (incluindo transporte de munição ou atraindo os homens em emboscada); casamento forçado; abuso sexual, incluindo o estupro. Além disso, elas são obrigadas a cozinhar, limpar, e executar outras tarefas domésticas (HUMAN RIGHTS WATCH, 2014).

Os raptos de mulheres e meninas pelo grupo tem acontecido constantemente, comprovando que o grupo armado as estabeleceu como alvo específico de suas ações. Como explicado pelo relatório da *Human Rights Watch* – HRW (2014), a adoção dessa estratégia se deu em meados de 2013, visto que até então tinha foco em membros das forças de segurança, políticos e funcionários públicos como símbolos de autoridade.

A pesquisa ainda identifica pelo menos três razões para esta nova abordagem: servir de castigo para os alunos que frequentam escolas afins com a cultural ocidental, como uma maneira de converter as mulheres e meninas cristãs ao islã, e como vingança contra as autoridades nigerianas em virtude da prisão de parentes dos militantes do grupo (HUMAN RIGHTS WATCH, 2014).

Podemos aferir que a sustentação desse sistema de violências é permitida pela determinação das normas sociais e culturais, que ditam qual deve ser o comportamento adequado para as mulheres.

4.1 O sequestro das Meninas de Chibok

Cerca de duas semanas após o rapto das meninas de Chibok, o BH divulgou um vídeo assumindo a autoria do sequestro, no qual um de seus líderes, ao explicar as razões que levaram o grupo a praticar o crime, defende: “A educação ocidental é pecado, é proibida, e as mulheres devem se casar” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2014, tradução nossa)¹⁶. Diante dessas razões, ele acrescenta que as estudantes seriam “dadas” ou vendidas como esposas a militantes e aliados do grupo, o que na prática, configura em crime de escravidão e estupro.

Como afirma a autora Lia Machado (2004), “sujeitos e corpos femininos são objetificados e controlados como se não fossem ‘pessoas’”. Em sua pesquisa, que analisa os discursos de estupradores, ela explica a concepção do estupro como uma forma de controle:

Ouvidos os agressores em relação conjugais violentas, é no contrato conjugal que buscam o sentido de seus atos violentos: são considerados atos corretivos. Alegam que as mulheres não fizeram o que deviam ter feito. A violência é sempre disciplinar (MACHADO, 2004).

Mediante a isso, entende-se que cabe ao masculino o controle sobre os corpos femininos, e que, em face aos “desvios de comportamento” das mesmas, a violência é permitida como instrumento de “correção” (MACHADO, 2004).

Em outubro de 2014, a HRW publicou o “*Those Terrible Weeks in Their Camp*”, um relatório que conta com relatos e entrevistas de vítimas que escaparam da detenção pelo Boko Haram. Dentre as 12 meninas que fugiram do ataque a escola, uma jovem de 18 anos descreveu o que aconteceu:

Dois homens disseram que não devíamos nos preocupar, que não devíamos correr. Eles disseram que tinham vindo para nos salvar do que está acontecendo dentro da cidade, e que eram policiais. Nós não sabíamos que eles eram do Boko Haram. O resto dos homens vieram e começaram a gritar 'Allahu Akbar'¹⁷ e nesse momento percebemos que eles eram o Boko Haram. Um deles nos disse que coisas horríveis estavam acontecendo em outros lugares, como a queima de casas, morte de pessoas e estudantes, sequestro de pessoas, e que isso nos aconteceria agora. Nós todos começamos a chorar e ele nos disse para calar a boca (HUMAN RIGHTS WATCH, 2014, tradução nossa)¹⁸.

¹⁶ Original: “Western education is sin, it is forbidden, and women must go and marry”. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2014/10/27/those-terrible-weeks-their-camp/boko-haram-violence-against-women-and-girls>> Acesso em: 13 Outubro 2016

¹⁷ Allahu Akbar é uma expressão de reverência a Deus, em árabe, que traduzida para o português significa “Deus é Grande”. Informação disponível em: <<https://www.significados.com.br/allahu-akbar/>> Acesso em 31 Outubro 2016

¹⁸ Original: “Two men told us we should not worry, we should not run. They said they had come to save us from what is happening inside the town, that they are policemen. We did not know that they were from Boko Haram. The rest of the men came and started shouting ‘Allahu Akbar’ and at that moment we realized, they were Boko Haram. We were told to be quiet. One of them told us that the horrible things we heard happening elsewhere, like burning houses, killing people, killing students, kidnapping people, would happen to us now. We all started crying

As meninas entrevistadas pela HRW foram submetidas a uma variedade de abusos, incluindo o sofrimento físico e psicológico durante e depois do seu rapto. Uma mulher de 19 anos de idade, casada e com filhos, descreveu como ela e outra foram estupradas logo após terem sido sequestradas, em abril de 2014:

Quando chegamos ao acampamento deixaram-nos debaixo de uma árvore. Eu consegui dormir; pois estava exausta e com medo. No final da noite, dois insurgentes sacudiram a mim e a outra mulher, dizendo que seu líder queria nos ver. Não tivemos escolha senão segui-los, mas assim que se mudou profundamente na floresta, um deles me arrastou para longe, enquanto seu parceiro levou a outra mulher em outra direção. Imaginei que eles tinham em mente e começou a chorar. Pedi-lhe, dizendo-lhe que eu era uma mulher casada. Ele ignorou meus apelos, me jogou no chão e me estuprou. Eu não podia contar a ninguém o que aconteceu, nem mesmo o meu marido. Eu ainda me sinto tão envergonhado e enganada. A outra mulher me disse que ela também foi estuprada, mas jurou nunca mais falar sobre isso novamente como ela era solteira e acredita que a notícia de seu estupro iria encerrar suas chances de casamento (HUMAN RIGHTS WATCH, 2014, tradução nossa)¹⁹.

Dentre as inúmeras formas de violência contra a mulher, Machado (2004) defende que “atos de estupro emergem como se fossem atos sexuais comuns, já que a sexualidade masculina é metaforicamente pensada como a que penetra, a que se apodera do corpo do outro”.

Esta violência é sintomática da agressividade com que a globalização está lesionando as mulheres, e essa disponibilidade das mulheres como mercadoria sexual é algo que já estava enraizado no tratamento colonial ou mesmo no tratamento da mulher como posse e objeto, em diversas culturas (NAVAZ, 2008).

No caso citado, podemos observar que essa violência sexual, como diz Coomaraswamy (apud ARIÑO, 1999) assumiu uma dimensão coletiva, onde o comando exercido sobre o corpo das mulheres é usado como mensagem de humilhação e controle, obedecendo à vontade de destruir o saldo ocidental presente na educação das meninas.

and he told us to shut up”. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2014/10/27/those-terrible-weeks-their-camp/boko-haram-violence-against-women-and-girls>> Acesso em: 13 Outubro 2016

¹⁹ Original: “When we arrived at the camp they left us under a tree. I managed to sleep; I was exhausted and afraid. Late in the night, two insurgents shook me and another woman awake, saying their leader wanted to see us. We had no choice but to follow them, but as soon as we moved deep into the woods, one of them dragged me away, while his partner took the other woman in another direction. I guessed what they had in mind and began to cry. I begged him, telling him I was a married woman. He ignored my pleas, flung me on the ground, and raped me. I could not tell anyone what happened, not even my husband. I still feel so ashamed and cheated. The other woman told me she was also raped, but vowed never to speak of it again as she was single and believes that news of her rape would foreclose her chances of marriage”. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2014/10/27/those-terrible-weeks-their-camp/boko-haram-violence-against-women-and-girls>> Acesso em: 13 Outubro 2016

Percebemos, em concordância com Oliveira e Paradiso (2012), a equivalência entre imperialismo e patriarcalismo que ambos exercem poderes equivalentes de subjugação, simultaneamente, sobre o colonizado e a mulher. No âmbito colonial, conforme exemplifica Bonnici (2007) citado por (OLIVEIRA, PARADISO, 2012), as mulheres são duplamente colonizadas:

Em primeiro lugar pelo colonizador, condição que se estende a todos os membros da colônia; em segundo lugar, a que ocorre justamente pelo fato de ser mulher, resultante do sistema patriarcal. Desse modo, levando-se em consideração a problemática da raça e da classe, a mulher torna-se duas vezes objetificada (BONNICI, 2007 apud OLIVEIRA; PARADISO, 2012).

Como temos percebido até aqui, é inegável que as desigualdades, pré-existentes já em tempos de paz, são agravadas em tempos de conflito. O caso das Meninas de Chibok é, até então, considerado o ataque de maior repercussão internacional cometido pelo Boko Haram. Portanto, é imprescindível chamar a atenção para a necessidade de facilitar as queixas de violência na Nigéria e fornecer uma resposta e apoio adequado para as vítimas das agressões, que mesmo após padecer os danos, ainda passam por uma estigmatização sofrida por serem vítimas de tais abusos. Nesse ínterim, o Governo vem sendo criticado, tanto pelos nigerianos, quanto pela comunidade internacional, por ser incapaz de implementar os mecanismos necessários para proteger as mulheres e meninas, e por não proporcionar apoio médico e psicológico adequado às vítimas que conseguiram escapar do cativeiro do BH.

4.2 A campanha *Bring back our girls*

Em meio a essa conjuntura, o rapto das Meninas de Chibok rapidamente tornou-se notícia graças a uma campanha na *internet* que ganhou força do mundo todo. A *hashtag* *#bringbackourgirls* (“tragam de volta nossas garotas”, em português) foi lançada na rede social Twitter pela ex-ministra nigeriana Oby Ezekwesili²⁰, e se popularizou atingindo notória repercussão, na qual diversos países²¹, instituições e personalidades importantes, como Michele Obama e Malala Yousafzai, se manifestaram pressionando ação dos encarregados.

Sobretudo na Nigéria, a campanha *#bringbackourgirls* estimulou uma reação das mulheres. Desde o início da insurgência, as vozes nigerianas estavam presentes em protestos lutando em prol da libertação e resgate das Meninas de Chibok. Cobertas de ativismo, uma

²⁰ Oby Ezekwesili ainda possui conta ativa no Twitter, através do perfil @obyzeeks.

²¹ “Vários países, incluindo o Reino Unido, EUA e França, se ofereceram para ajudar a Nigéria a localizar e resgatar as meninas. Três cúpulas regionais foram realizadas em Paris, Londres e Abuja, onde os Estados se comprometeram a compartilhar inteligência e desenvolver uma estratégia de contraterrorismo regional, a fim de se opor ao Boko Haram”. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015).

semana após o sequestro, as mulheres da cidade de Borno foram à Chibok pressionar o governo e presidente para que tomassem alguma providência. Nas cidades em toda a Nigéria, incluindo Abuja, Lagos, Kano, Port Harcourt e Jos, as pessoas saíram às ruas, exigindo que o governo “traga de voltas as nossas meninas”²².

O rapto das meninas não foi o primeiro caso da região, mas, foi o que recebeu mais atenção. Entretanto, muito antes dele, as mulheres ativistas no nordeste da Nigéria já haviam tomado consciência do que estava acontecendo e, além de clamarem por ação política, já estavam prestando assistência e apoio àquelas que haviam escapado e sofrido o impacto da violência.

Como explica a autora Marina Ariño (2010), os conflitos armados são processos de destruição e de geração de vítimas, todavia esses também podem servir de estímulos para a mobilização coletiva contra a violência e, portanto, como “processos de capacitação e conscientização”.

Contudo, muitas vezes as narrativas tradicionais desses conflitos abordam um foco vitimizador sobre as mulheres, construindo a figura feminina como indefesa e que não possui capacidade para desenvolver uma resposta a eventos traumáticos. Assim, acaba-se por reforçar a condição das mulheres como vítimas passivas, deixando a autonomia em mãos masculinas. Para romper com essa visão patriarcal, é essencial reconhecer e fortalecer as capacidades das mulheres que sofreram essas agressões, visto que a própria definição da violência sexual como arma de guerra é resultado do trabalho de organizações de mulheres, vítimas e sobreviventes, a respeito das experiências individuais e coletivas de violência durante os conflitos armados (ARIÑO, 2010).

Mesmo após 2 anos do ocorrido, as marchas continuam e as mulheres vem trabalhando em conjunto no incansável movimento *#bringbackourgirls*. Reunindo pessoas de todo o mundo, esta campanha tem sido de fundamental importância, não só por reivindicar atenção e resgate para as meninas raptadas, mas também pelo efeito positivo na política nigeriana, mobilizando o país em protestos e promovendo conversas sobre violência contra as mulheres²³. Com todo o

²² Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/apr/14/nigeria-women-activists-boko-haram>>. Acesso em 3 Setembro 2016

²³ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/apr/14/nigeria-women-activists-boko-haram>>. Acesso em: 3 Setembro 2016

envolvimento feminino na luta em prol do resgate das Meninas, identificamos certo grau de emancipação política e empoderamento feminino.

Com tudo isso, podemos dizer que a campanha tem sido um claro exemplo da inserção de novos atores nas RI. Tanto pela figura da Michele Obama, quanto pelo aparato da mídia sob o caso. No que se refere a figura da primeira dama, é crucial pensarmos em uma análise mais crítica sobre a construção de representatividade do “Outro”, que, como criticado por Mohanty (1984) tem sido caracterizado como fraco e posto em condição de vítima. E, no caso, como se as “mulheres do terceiro mundo” precisassem de uma representação pelo fato de não terem uma voz própria contra seu opressor.

Como exemplo, vimos que, ao pesquisarmos no Google Imagens o termo: #bringbackourgirls, o primeiro resultado que aparece é uma foto da Michele Obama segurando um cartaz com a mensagem da campanha (ver anexo A). As demais imagens envolvem resultados referentes à Nigéria e à outras pessoas famosas. Ou seja, podemos perceber o quão forte é a figura de um indivíduo e como ele pode ser influente na representatividade de um acontecimento.

Gayatri Spivak, em *Pode o Subalterno falar?*, examina como o pós-colonialismo tem sido capaz de compreender e reconhecer as vozes especialmente dos grupos menos poderosos frente aos colonizadores – aqueles chamados de “subalternos”. Como defendido por ela, “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010).

Spivak (1988 apud ROSA, MEDEIROS, VALADAO, 2012), conclui

Com efeito, o subalterno se torna dependente de mediadores para que sejam considerados atores legítimos de reivindicação, leia-se o feminismo ocidental. Contudo, ao aceitar essa condição de representado, o subalterno torna-se objeto na mão do representante e com isso não se constitui plenamente.

Por fim, registra-se a partir desse ponto, a necessidade do subalterno assumir o seu respectivo lugar e espaço de discursos, apoderando-se da agenda definidas por meio das suas próprias reivindicações (ROSA, MEDEIROS, VALADAO, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do caso estudado, podemos perceber que a violência contra as mulheres na Nigéria, além de representar uma adversidade para a liberdade e segurança feminina, tem sido

intensificada pelos ataques do Boko Haram. Pontua-se que tal violência é derivada da colonização juntamente com a incorporação do sistema patriarcal, trazendo em suas práticas a coisificação e subjugação dos corpos e sentimentos dessas mulheres.

Nesse sentido, fez-se necessário pensar as mulheres nigerianas dentro das abordagens feminista e pós-colonial, que, na tentativa de romper com essa condição de objetificação e de desconstruir a universalidade do patriarcado, reconhece o espaço e a voz daquelas, mesmo em um contexto onde Ocidente perpetua discursos ocupando a posição de ‘fala’ dos subalternos, ao invés de aceitarem que eles falem por si, admitindo uma identidade cultural própria. Como foi visto, para as mulheres, essa condição remete a uma “dupla colonização”, pois além de estarem sob consequências oriundas da estrutura patriarcal, também estão sob os efeitos do colonialismo.

Tendo isso em vista, o presente trabalho propôs evidenciar a onda de violência que afeta as mulheres na Nigéria, identificando, principalmente, a insegurança do país agravada desde os atentados cometidos pelo Boko Haram. Pretendeu-se também, romper com a vitimização das mulheres, ao elucidar a contribuição da campanha *bringbackourgirls* na emancipação política feminina do país, ilustrada tanto pelas mobilizações e protestos em prol da libertação das meninas, como pela promoção de discussões a respeito da violência de gênero, empoderamento, e resistência feminina africana frente a essa cultura de violações.

THE VIOLENCE OF BOKO HARAM AGAINST WOMEN IN NIGERIA: A FEMINIST AND POSTCOLONIAL ANALYSIS OF THE CHIBOK GIRLS KIDNAPPING

ABSTRACT

Given the inclusion of gender issues within the studies of International Relations, together with the growing international concern about the situation of African women, this article discusses violence against women in Nigeria by Boko Haram. Through feminist and postcolonial theoretical lenses, it is intended to investigate the case of the Chibok Girls kidnapping, held in April 2014, indicating violations suffered by the girls, as well as the activism of the Nigerian women. It is concluded that the incorporation of the patriarchal system has contributed to the culture and maintenance of violations that have been harassing women nowadays. In this context, it is worth noting that the impact of the #bringbackourgirls international campaign took important character in Nigerian politics, by stimulating discussions about gender violence and emancipation in the region.

Keywords: Violence against women. Boko Haram. Chibok Girls. Nigeria.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. **A Voz e a Escuta – encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. Florianópolis, Blucher Acadêmico. 2009
- AGUILAR et al. **El carácter sexual de la violencia contra las mujeres**. Las violencias en Guatemala. Algunas perspectivas. UNESCO, Colección Cultura de Paz, nº10, Guatemala, 2000. Disponível em: <<http://biblioteca.oj.gob.gt/digitales/16914.pdf>> Acesso em: 3 Setembro 2016
- ALEMANY, Carme. **Violências**. In: Hirata, Helena et al (orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009
- ANISTIA INTERNACIONAL. **'Our Job Is To Shoot, Slaughter And Kill'** Boko Haram's Reign Of Terror In North-East Nigeria. 2005. Disponível em: < <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Nig%C3%A9ria-Boko-Haram.pdf>> Acesso em: 11 setembro 2016
- ANISTIA INTERNACIONAL. **Nigeria: Rape - The Silent Weapon**. 28 novembro 2006. Disponível em; <<https://www.amnesty.org/en/documents/AFR44/020/2006/en/>> Acesso em: 12 setembro 2016
- ARIÑO, Maria. **La Violencia sexual como arma de Guerra**. Quaderns de Construcció de Pau, Nº 15, Escola de Cultura de Pau. Barcelona, Espanha. 2010. Disponível em: <http://escolapau.uab.es/img/qcp/violencia_sexual_guerra.pdf> Acesso em: 01 setembro 2016
- BAHRI, Deepika. **Feminismo e/no pós-colonialismo**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, nov. 2013. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200018/25791>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- BONNICI, T. **Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais**. Mimesis, Bauru, v. 19, n. 1, p. 07-23, 1998.
- BRING BACK OUR GIRLS**. Disponível em <<http://www.bringbackourgirls.ng/>> Acesso em: 8 setembro 2016
- CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais / Thales Castro**. – Brasília: FUNAG, 2012.
- CENTRAL OF INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook: Africa: Nigeria**. 2016. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html>>. Acesso em: 18 outubro 2016
- COX, R. W. 1986. **"Social forces, States and world order: beyond international relations theory"** In: KEOHANE, R. (org.) Neorealism and its critics. Nova York: Columbia University Press.
- GONZÁLEZ, Ana. **Guatemala: violencia de género, genocidio y racismo**. 2011. In: Género y poder: violencias de género en contextos de represión política y conflictos armados. (org. por María Sonderéguer). - 1a ed. - Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012. Disponível em: < <http://www.unq.edu.ar/advf/documentos/5122509b707d2.pdf>> Acesso em: 03 setembro 2016
- GLOBAL PROTECTION CLUSTER. **Gender-Based Violence Area of Responsibility GBV AOR/2015-2016**. In Review and Looking Ahead. Newsletter - Issue 1. GVB Prevention and Response.

2016. Disponível em: <http://gbvaor.net/wp-content/uploads/sites/3/2016/09/Newsletter_August-2016.pdf> Acesso em: 15 outubro 2016

HAERI, Medina; PUECHGUIRBAL, Nadine. **From helplessness to agency: examining the plurality of women's experiences in armed conflict**. International Review of the Red Cross. Volume 92, Number 877, Março 2010. Disponível em: <<https://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc-877-haeri-puechguirbal.pdf>> Acesso em: 01 setembro 2016

HUMAN RIGHTS WATCH. **"Those Terrible Weeks in their Camp"** Boko Haram Violence against Women and Girls in Northeast Nigeria. Outubro 2014. Disponível em: <<https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/nigeria1014web.pdf>> Acesso em: 17 de outubro 2016

MACHADO, Lia Zanotta (2004). **Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea**. In: SCHPUN, Monica Raisa (Org.). Masculinidades. São Paulo: Boitempo. pp. 35-78

MELOS, Ana Carolina; MEROLA, Victor. **As relações bilaterais Brasil–Nigéria: um estudo de caso do período colonial aos dias de hoje**. Revista Perspectiva. Ago/set. 2014.

MOHANTY, C. **Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourse**. *Boundary*, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984. Disponível em: <http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_5/under-western-eyes.pdf> Acesso em: 24 Outubro 2016

NAVAZ, Liliana Suárez Navaz. **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**. 2008.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. **Nigéria: História da Política Externa e das Relações Internacionais**. dez. 2012. 115 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71691/000879352.pdf;sequence=1>>. Acesso em: 18 out. 2016

OLIVEIRA, Daniela de Cássia Berlloti Traspadini; PARADISO, Silvio Ruiz. **Gênero e Colonialismo. A Violência Contra A Mulher e a Colonização Em *Our Lady Of The Massacre* (1979)**, De Angela Carter, (2012). Disponível em: <<http://www.poscritica.uneb.br/revistaponti/arquivos/volume2-n1/07-G%C3%8ANERO-E-COLONIALISMO-A-VIOL%C3%8ANCIA-CONTRA-A-MULHER-vol2-n1.pdf>>. Acesso em: 10 Outubro 2016

PALADINI, Rafaela. **A Nigéria e o Boko Haram**. In: **Séries e Conflitos Internacionais**, v.1, n.5, Outubro 2014. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/a-nigeria-e-o-boko-haram.pdf>> Acesso em: 18 outubro 2016

REFUGEES INTERNATIONAL. **Field Report: Nigeria's Displaced Women And Girls: Humanitarian Community At Odds, Boko Haram's Survivors Forsaken**. Author: Francisca Vigaud-Walsh. 21 de abril de 2016. Acesso em: 06 outubro de 2016

RODRIGUES, Jacir. O Pós-Modernismo chega às RI: **reflexões sobre o Pós-colonialismo e o Feminismo**. Reflexões sobre o Pós-colonialismo e o Feminismo em RI. Junho 2009. Disponível em: <https://jacieltrodrigues.wordpress.com/2009/06/18/hello-world/> Acesso em: 24 setembro 2016

ROSA, Alexandre Reis; MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira; VALADAO JUNIOR, Valdir Machado. **Sob as sombras do discurso colonial: subalternidade e configurações de gênero em uma lavanderia do interior de Minas Gerais**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 393-410, junho de 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512012000200009>.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad.: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 (1988)

ANEXO A – RESULTADO DA PESQUISA DO GOOGLE IMAGENS

O seguinte anexo tem como objetivo mostrar o resultado do termo “#bringbackourgirls” pesquisado no Google Imagens. O recorte da tela foi feito no dia 31 de outubro de 2016, às 19h04min.

